PROVA DE SUFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA – 18-08-2017

Riscos à diversidade linguística

A diversidade linguística encontra-se sob ameaça. Das cerca de 6.700 línguas faladas no mundo, 90% são faladas por apenas 4% da população mundial e 50% das línguas estão ameaçadas de desaparecerem até o final deste século (unesco, 2006). No Brasil, o declínio dessa diversidade é notório se considerarmos a perspectiva histórica. Segundo Rodrigues (1993), 1.078 línguas indígenas eram faladas em território brasileiro no tempo da chegada dos portugueses, das quais hoje sobrevivem menos de 30%. Para as línguas indígenas observamos um quadro alarmante sobre o número de falantes para cada língua. Cerca de metade das línguas possuem menos de cem falantes. Línguas com até quinhentos falantes somam pouco mais de um terço de todas as línguas indígenas. Menos de dez por cento dessas línguas possuem mais de dois mil falantes. As línguas com maior número de falantes são: Guaraní Kaiowa (26.528 falantes), Tikuna (34.069 falantes), Kaingang (22.027) e Xavante (13.290). As consequências da extinção das línguas são diversas e irreparáveis, tanto para as comunidades locais de falantes quanto para a humanidade como um todo. Ela tem impacto imediato na perda de diversidade cultural, uma vez que cada língua possui os meios específicos, historicamente construídos de se conceber, conhecer e agir sobre o mundo, incluindo conhecimentos altamente técnicos. Ao mesmo tempo, as consequências da repressão linguística e da imposição de uma língua dominante na educação e em outros espaços públicos têm efeitos psicológicos e sociais danosos para o desenvolvimento individual e para a cidadania de coletividades falantes de línguas indígenas e minoritárias. De modo geral, a crise da diversidade linguística tem suas causas na expansão do padrão corrente de economia-política, intimamente relacionada com as mesmas condições históricas relativas à crise da diversidade cultural e da biodiversidade do planeta, dramaticamente acentuadas no século XX.

No Brasil, a partir de análise dos dados do censo de 2010, percebemos que há proporcionalmente mais pessoas que disseram falar línguas indígenas nas gerações acima de 65 anos e abaixo de 40 anos, seja para populações em terras indígenas, em áreas rurais ou em áreas urbanas. A proporção menor de falantes entre 40 e 65 anos mostra como macropolíticas do Estado, sobretudo as políticas educacionais e desenvolvimentistas instauradas pelo Estado-Novo, acentuadas na década de 1950 e no período após ditadura militar: (entre 1964 e 1985), foram extremamente danosas para a vitalidade das línguas indígenas. Isso está ligado também ao desconhecimento da diversidade linguística por grande parte da população brasileira. Esse desconhecimento é sustentado pela representação de uma suposta unidade da língua

portuguesa como única língua falada no país. A falta de conhecimento e de valorização leva à marginalização e ao preconceito com grupos falantes de línguas minoritárias. Por parte do Estado, é muito recente a compreensão da diversidade linguística nacional como um valor. Mais do que isso, há um histórico de omissão, desrespeito e mesmo repressão aos falantes de outras línguas, sobretudo daquelas indígenas e de imigração. A construção de uma política específica para a diversidade linguística, assim como o censo do IBGE 2010, são iniciativas que procuram justamente modificar essa atuação histórica do Estado , de modo que se busque a valorização do multilinguismo no país. Atuar para a sustentabilidade da diversidade linguística, entretanto, exige articulação de produção de conhecimento, valorização e promoção das línguas tanto na dimensão local – nos contextos sociais onde as línguas são faladas – e como na dimensão mais ampla, em nível nacional. As línguas que são faladas por grupos sociais minoritários requerem atenção especial de uma política de salvaguarda da diversidade linguística, pois elas se encontram em posição de maior vulnerabilidade sociolinguística. Tal situação decorre não só do fato dessas línguas serem faladas por grupos sociais pouco numerosos no contexto populacional do país, mas também pela falta de conhecimento e valorização. Colocar no mapa as centenas de línguas ainda ocultadas pela representação majoritária de um país monolíngue – ou seja, pela ideia de que só falamos o português – talvez seja a possibilidade mais significativa, em médio prazo, do alcance do reconhecimento das línguas como patrimônio cultural.

Fonte: Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL - Patrimônio Cultural e Diversidade Linguística. IPHAN 2014.